

**O ESTUDO DO LÉXICO NA *GRAMMATICA EXPOSITIVA*, DE EDUARDO  
CARLOS PEREIRA**

**THE STUDY OF THE LEXICON IN *GRAMMATICA EXPOSITIVA*, BY  
EDUARDO CARLOS PEREIRA**

Emanuela Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

Herbertt Neves<sup>2</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

Universidade Federal de Pernambuco

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar como o estudo do léxico foi descrito na *Grammatica expositiva: curso superior* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, a partir de fenômenos lexicais referentes ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras. Para isso, tecemos comentários sobre a gramatização (AUROUX, 2014), mais especificamente sobre a gramatização de língua portuguesa no Brasil, bem como sobre o estudo do léxico (ANTUNES, 2012; VILLALVA; SILVESTRE, 2014) em gramáticas. Nesse intuito, analisamos como os fenômenos lexicais estiveram presentes na *Grammatica expositiva*, verificando os impactos que a atmosfera intelectual da época teve na descrição do conhecimento lexical, expondo como tais fenômenos foram descritos. Como resultados, podemos inferir que a gramática em questão seguiu o padrão da gramática advinda do século XIX, sem maiores inovações para o momento de sua primeira edição, embora tenha sido um compêndio utilizado em larga escala por colégios à época e bastante conhecido até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Gramatização; gramaticografia brasileira; descrição lexical.

**Abstract:** This article aims to analyze how the study of the lexicon was described in *Grammatica expositiva: curso superior* (1907), by Eduardo Carlos Pereira, based on lexical phenomena related to the sound, formation, meaning and organization of words. For this, we make comments on grammatization (AUROUX, 2014), more specifically on the grammatization of the Portuguese language in Brazil, as well as on the study of the lexicon (ANTUNES, 2012; VILLALVA; SILVESTRE, 2014) in grammars. To this end, we analyze how lexical phenomena were present in *Grammatica expositiva*, verifying the impacts that the intellectual atmosphere of the time had on the description of lexical knowledge, and exposing how such phenomena were described. As a result, we can infer that the grammar in question followed the pattern of grammar from the 19th century, without major innovations for the time of its first edition, although it was a compendium used on a large scale by colleges at the time and well known until the present day current.

**Key-words:** Grammatization; brazilian grammar; lexical description.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFPG). *E-mail:* emanuelarodrigues11@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professor de língua portuguesa e linguística da Universidade Federal de Campina Grande (UFPG) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *E-mail:* herbertt.neves@ufpe.br

**Submetido em 16 de junho de 2023.**

**Aprovado em 04 de setembro de 2023.**

## **Introdução**

A elaboração de gramáticas ao longo da história, segundo Auroux (2014), criou uma *tecnologia intelectual* cuja força e importância transcendem o próprio campo de estudos da linguagem. Conforme o autor, a gramatização pode ser entendida como um processo de transferência cultural entre povos que consiste na descrição e instrumentalização de uma língua com base na gramática e no dicionário, duas tecnologias que sustentam o saber metalinguístico. Mais do que um compêndio que instrumentaliza uma língua, a gramática se insere no cenário linguístico de uma nação contando a história de seus falantes.

Nesse contexto, a produção dos instrumentos linguísticos, em uma dada conjuntura social, histórica e política, conduz, como mostra, por exemplo, a *Historiografia da Linguística (HL)*, nos termos de Swiggers (2012), à gramatização, entendida por Auroux (2014) como um modo de se conceber as práticas linguísticas e a história de um saber sobre a língua. Ademais, segundo Aquino (2016), a gramatização é um processo de instrumentalização das línguas que altera os espaços de comunicação, permitindo uma maior estabilidade linguística. Isso ocorre, ainda segundo o autor, porque seus produtos – a gramática, o dicionário e outras publicações sobre a língua – “ampliam e alteram a capacidade linguística dos falantes, construindo normas e referências, quer dizer, uma imagem de língua, de unidade linguística” (AQUINO, 2016, p. 39), o que apresenta implicações para a descrição do léxico de uma dada língua.

Em termos de descrição linguística, as gramáticas, no geral, pretendem descrever a língua em sua completude, e isso envolve múltiplos aspectos – gramaticais e lexicais, por exemplo – além do momento em que ela foi publicada, e por qual teoria o autor escolhe seguir. Como a descrição linguística presente nas gramáticas envolve aspectos gramaticais e lexicais, é importante, de início, destacar a diferença entre léxico e gramática.

Sobre essa distinção, Perini (2016) afirma que, enquanto o significado lexical evoca esquemas mentais específicos, permitidos, de acordo com Neves (2020), pela interação verbal, o significado gramatical é possibilitado pelas construções e associações que se desenvolvem no interior do texto, oportunizando diferentes possibilidades de

significação em relação ao significado lexical. Como nas próprias unidades do léxico atuam também fenômenos da gramática, e vice-versa, o sistema lexical e o sistema gramatical têm interseções indissociáveis no sentido de que um fornece para o outro algumas condições para a sua realização.

A partir disso, as distinções entre léxico e gramática não podem ser estudadas como dicotômicas, como se os dois sistemas se desenvolvessem separadamente, entrando em contato apenas em alguns momentos, mas, sim, devem ser vistas a partir de um *continuum*. Retomamos, dessa forma, a ideia de que um compêndio gramatical descreve o sistema gramatical e o sistema lexical de uma língua, e o faz, portanto, de diversas maneiras, a depender da influência teórica na qual está submerso.

A questão que nos é posta, no entanto, é que, diferentemente da sintaxe, por exemplo, o estudo do léxico não teve/tem um espaço definido, mais estável nas gramáticas. Se analisarmos a gramaticografia de língua portuguesa produzida no Brasil do século XIX até a publicação de Ribeiro (1881), não há uma sistematização explícita quanto ao espaço dedicado ao estudo do léxico nas gramáticas. É somente a partir do final do século, mais precisamente com a publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, que o estudo do léxico tem uma breve estabilidade de posição. Isso porque Ribeiro (1881) divide a sua gramática em duas partes – lexeologia e sintaxe –, iniciando um período da gramaticografia brasileira em que ter lexeologia como uma das partes da gramática foi comum. Sobre isso, Cavaliere (2000) afirma que

A lexeologia é, certamente, no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo de onde reverberam todos os campos de investigação linguística. Isso porque é efetivamente a palavra que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia (CAVALIERE, 2000, p. 53-54).

A partir desse pensamento de que a palavra é o núcleo da investigação linguística, havia, nesses compêndios, uma concentração do estudo do léxico em uma só parte da gramática. Isso perdurou até o início do século XX, e, logo após, a *lexeologia* foi desmembrada em outras partes, como fonética, fonologia e morfologia. Instaurada a fluidez de posição do estudo do léxico, desaparece, de certo modo, junto com a lexeologia como parte dos compêndios gramaticais, o interesse no estudo do sistema lexical na área da gramaticografia.

Devido ao tratamento essencialmente formal dado aos estudos do léxico na pesquisa linguística (NEVES, 2020), focando muito na estrutura mórfica da palavra ou em seus significados imanentes, identificamos a necessidade de observação de uma relação dessa visão com a elaboração de instrumentos gramaticais, avaliando como o estudo do léxico esteve presente em uma das primeiras e mais importantes gramáticas do século XX. Para isso, nosso objetivo, neste artigo, é analisar como o estudo do léxico foi descrito na *Grammatica expositiva: curso superior* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, a partir de fenômenos lexicais referentes ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras – nossas categorias de análise. Desse modo, a nossa análise se centra no âmbito descritivo, mas também interpretativo, em como as orientações teóricas gerais da produção gramatical do século XX repercutem no tratamento dado ao sistema lexical da língua pela *Grammatica expositiva*, assim como quais orientações estão presentes na abordagem do léxico em tal gramática.

A escolha dessa gramática se deu pelo fato de ela ser a primeira gramática de referência do século XX e pelo prestígio que ela tem desde a sua publicação, até os dias atuais. Escolhida a gramática, selecionamos dela todos os trechos em que havia descrição de fenômenos relativos ao sistema lexical do português, conforme os listados em Antunes (2012) e Neves (2020). Tais trechos aparecem aqui transcritos em citações que mantêm a mesma grafia registrada na obra original. A identificação dos fenômenos permitiu que organizássemos nossa análise nos blocos relativos ao som, à forma, ao sentido e à organização das palavras. Em termos de classificação da pesquisa, ela está imersa no paradigma interpretativo (MOREIRA; CALEFFE, 2008), é uma pesquisa documental (SEVERINO, 2007), com abordagem qualitativa (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Organizamos, portanto, este trabalho, além desta introdução e das considerações finais, em mais 3 tópicos. No primeiro, destinado à fundamentação teórica, refletimos sobre o processo de gramatização e sobre as gramáticas como instrumentos de descrição linguística, para, por fim, apresentarmos brevemente a trajetória da gramaticografia de língua portuguesa. No segundo tópico, também de natureza teórica, centramo-nos nas reflexões sobre o estudo do léxico em gramáticas brasileiras.

No tópico destinado aos procedimentos analíticos, expomos primeiramente como a obra foi organizada, para depois analisarmos cada fenômeno lexical encontrado quanto às categorias de análise estabelecidas, finalizando com uma síntese analítica comprimindo o que foi encontrado nas gramáticas e tecendo comentários sobre a influência do clima de opinião sobre os dados.

## 1. Gramatização e gramáticas como instrumento de descrição linguística na língua portuguesa

A gramática tal como concebemos hoje surge na Alexandria, no início do século I a.C., fruto do movimento intelectual promovido juntamente com a conhecida Biblioteca de Alexandria. Dionísio Trácio é autor da possível gramática mais antiga de que se tem conhecimento, a *Téchne Grammatiké*, a qual reúne o conhecimento linguístico disponível à época em forma de um manual, apresentando de forma sistemática parte das regras da língua grega.

A partir desse longo percurso até o desenvolvimento do que podemos entender como uma gramática de uma língua, Auroux (2014) compreende globalmente o desenvolvimento das ideias linguísticas europeias em um período que vai do século V até o fim do século XIX. Assim, dentro desses 13 séculos, podemos vislumbrar o que o autor denomina de *gramatização massiva* das línguas do mundo a partir da tradição greco-latina (AUROUX, 2014). Para o autor, essa gramatização constitui – depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era – o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2014, p. 65).

Durante o desenvolvimento das ciências modernas, o que Auroux (2014) chama de *segunda revolução técnico-linguística* foi fundamental tanto para a origem quanto para as consequências sociais dessas ciências. Para o autor, a gramática torna-se “simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (AUROUX, 2014, p. 36). É somente no século XVI que uma marginalização epistemológica se inicia, fazendo da etimologia um dos raros domínios do saber linguístico antigo que não serão integrados às ciências modernas da linguagem.

Sabe-se que, pelo menos desde a segunda metade do século XII, já se escrevia em língua românica, a língua que deu origem ao português. Em Portugal, o latim ainda era ensinado por meio das obras de Donato, Prisciano, entre outros gramáticos. Apenas na segunda metade do século XIII, na qual o trovadorismo galego-português encontrava seu auge e se iniciava a produção literária portuguesa em prosa, a língua românica se tornaria a língua da administração do reino de Portugal. Dois séculos e meio depois, as primeiras gramáticas em “língua portuguesa” eram escritas.

O propósito dos gramáticos nesse momento inicial era de dar à “nova língua” um *status* de privilégio. A tentativa de criar uma identidade lusitana agregada a uma gramática consistente era também para levar a língua supostamente de prestígio aos novos territórios conquistados. No entanto, como afirma Leite (2007), havia, aliada a esse desejo, a preocupação de uma constituição de uma norma, embora a diversidade regional não fosse tão acentuada como a de outras línguas, como o espanhol e o italiano.

Com isso, compreendemos que o processo de gramatização legitima uma língua a partir do momento em que o instrumento linguístico em questão – as gramáticas – repercute no processo de constituição das nações. Não obstante, ocorre uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações sociais, entre outros) inerentes ao processo de formação das nações europeias (AUROUX, 2014), construindo, inclusive, tensões a partir do momento em que são geradas disputas entre elas.

Para Cavaliere (2012), o percurso historiográfico da gramaticografia de língua portuguesa no Brasil inicia com a publicação do *Epítome de gramática portuguesa* (1806), do carioca Antônio de Morais Silva (1755-1824). Antes disso, a produção linguística atestada em solo brasileiro era escassa, e, ao longo dos três primeiros séculos da colonização, podemos citar apenas alguns poucos textos linguísticos escritos em terra brasileira.

O período conhecido como *científico*, no século XIX, inicia-se com uma geração de professores que passaram a trabalhar teses histórico-comparativistas. Esse período conta com uma fase inicial de gramáticos que escreveram seus textos inspirados na escola comparativista alemã e nos volumes de língua vernácula francesa e inglesa. Cavaliere (2012) aponta como um dos nomes mais destacados do período Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), autor da gramática analisada neste artigo.

Segundo Orlandi (2000), os estudos empreendidos sobre a linguagem no Brasil passaram a caracterizar-se como uma questão brasileira apenas a partir do século XIX, quando o português do Brasil passou a ser considerado, diante das variações existentes do português europeu. Foi somente neste momento que começaram a ser produzidas as gramáticas brasileiras da língua portuguesa, iniciando o que se chama de *gramatização brasileira do português*. Entre o final do século XIX e o início do século XX, momento em que algumas instituições escolares já estavam consolidadas no país, surgiram também as primeiras gramáticas de professores de colégios situados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A partir de 1870, a disciplina escolar Português, ministrada no curso secundário do Colégio Pedro II, importante instituição de ensino à época, passou a lidar com três eixos de ensino: gramática, leitura e escrita (RAZZINI, 2010; SOARES, 2004), tendo a gramática um lugar de primazia em relação à leitura e escrita de textos. Segundo Bunzen e Medeiros (2016), os planos de ensino de Português do Colégio Pedro II, importante instituição de ensino à época, entre o final do século XIX e a terceira década do XX, previam o estudo da gramática expositiva e da gramática histórica, tendo o ensino de português voltado ao aprendizado da gramática normativa da língua portuguesa. Sendo mais específicos, podemos dizer que esse final de século XIX se restringe à década de 1890, já que, em 1878, há registros de trabalho com gramática filosófica nesses planos de ensino (VECHIA; LORENZ, 1998).

O início do século XX encontra a gramaticografia brasileira em um processo de mudança que havia começado nas últimas décadas do século XIX, com o abandono das teses racionalistas herdadas da gramática filosófica, para que uma perspectiva historicista desse lugar à gramática científica. É também nesse início de século que a dialética da gramática como arte e como ciência já figurava nos textos linguísticos brasileiros, devendo-se à tarefa dual que a reforma trazida pelo movimento histórico-comparativo impôs de se pesquisar e de ensinar a língua.

Ao emprendermos uma análise detalhada sobre o estudo do léxico na *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, oferecemos elementos para a compreensão de quais aspectos do sistema lexical foram contemplados em tal gramática do início do século XX.

## **2. O estudo do léxico em gramáticas brasileiras**

A definição de *léxico* é comumente associada ao *vocabulário* de uma língua, isto é, é tido como o amplo repertório de palavras existentes em uma língua; o conjunto de itens à disposição para atender às necessidades de comunicação dos falantes. Por conseguinte, não é incomum também encontrarmos quem defina o léxico como o *dicionário* e/ou o *glossário* de uma língua, a partir da percepção anterior. O fato é que a multiplicidade de designações pode ser explicada pela longa tradição de polissemia inerente ao termo, além de estarmos tratando de um conceito complexo que remete a uma realidade analisável sob múltiplos pontos de vista, o que pode levar, muitas vezes, ao equívoco.

Em relação ao estudo do léxico inserido em gramáticas/compêndios gramaticais, Antunes (2012) aponta que, junto à gramática (morfossintaxe) e à fonologia, o léxico se constitui como um grande componente da língua. Em conformidade com essa ideia, Villalva e Silvestre (2014, p. 28) apontam que, “enquanto parte da gramática, o léxico pode ser visto como um lugar onde reside toda a informação que não é derivável, todas as propriedades idiossincráticas das línguas”. Ainda sobre o que o estudo do léxico representa nas gramáticas, Villalva e Silvestre (2014, p. 28) postulam que

É nesse papel que o léxico se distingue da sintaxe, da semântica e da fonologia, módulos que se encarregam da mecânica e da interpretação dos enunciados frásicos, formados a partir da matéria-prima lexical, mas também se distingue da morfologia, a quem cabe a estruturação das palavras, igualmente formadas a partir de matéria-prima lexical. Mais do que um mero repositório de unidades lexicais, o léxico lembra um entreposto de bens essenciais, nesse caso, as palavras a quem também compete garantir a boa comunicação entre as restantes partes da gramática (a morfologia, a sintaxe, a semântica, a fonologia) (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 28).

A partir dessa separação proposta pelos autores, compreendemos que o léxico tem valor dúbio: ao mesmo tempo em que está presente em toda a gramática, se distingue das partes que a compõem. Além disso, a descrição do léxico empreendida por gramáticas deve poder refletir propriedades de cada manifestação linguística particular, embora nenhuma manifestação particular possa determinar propriedades gerais dessa representação do léxico.

Podemos delimitar um pouco mais a definição de léxico, indo além da percepção de uma lista de palavras à disposição dos falantes e um repertório de unidades. O léxico é, conforme observa Antunes (2007, p. 42), “um depositário dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo”, transpassado pela história de uma língua, expressando a função da língua como elemento que confere aos seus falantes uma identidade.

Na interação verbal, mais precisamente nos textos que elaboramos, o léxico admite diferentes funções. É como *unidades de sentido* que as palavras constituem as peças com que se vai tecendo a rede de significados do texto, e são elas que vão materializando, mediando as intenções do falante, funcionando como elos de subpartes do texto (ANTUNES, 2007). Logo, a associação entre léxico e gramática permite a atividade significativa de nossas atuações verbais, uma vez que utilizamos o léxico de uma língua em textos, combinações, cadeias e sequências, a partir de regras reveladas pela gramática.

Pelo fato de a língua poder ser estudada sob diferentes perspectivas (descritiva, social, cognitiva, etc.), geralmente, o estudo descritivo da linguagem, ou seja, o estudo da língua a partir da descrição linguística, é dividido em vários níveis, como o nível fonético-fonológico, o nível morfológico e o nível sintático, que constituem, estes últimos, a gramática de uma língua. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo do foco dado no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto (CANÇADO, 2012). Todos esses níveis ficam relacionados, em geral, ao sistema gramatical, sem que se dê destaque às suas relações com o sistema lexical.

Desse modo, é importante compreender como o estudo do léxico está presente nas gramáticas, enquanto instrumento linguístico, e como tem sido feita a sua descrição, associando-o aos níveis de análise já presentes na descrição gramatical. Defendemos, portanto, o léxico como um macronível de análise linguística, ao lado do macronível gramatical.

### **3. A *Grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira**

Neste tópico, analisaremos como o estudo do léxico foi descrito na *Grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira. O percurso que faremos para tal análise se dará da seguinte maneira: primeiramente, discutiremos sobre a gramática, o contexto em que ela foi produzida e sobre o seu autor; nos subtópicos seguintes, vamos expor e analisar os fenômenos lexicais presentes na gramática, isto é, faremos uma visão geral da obra quanto ao nosso objeto de estudo, tecendo comentários analíticos quanto à presença – ou ausência – de cada fenômeno. Esses comentários são realizados a partir de blocos que focalizam os aspectos do som, da formação, do sentido e da organização das palavras.

#### **3.1. O contexto de produção e o autor da *Grammatica expositiva***

Entre as gramáticas lançadas de 1900 a 1930, a *Grammatica expositiva - curso superior* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, foi a que mais esteve presente nos bancos escolares. Publicada em 1907 pela editora Weiszflog Irmãos e Companhia e com 114 edições até o ano de 1958, a *Gramática expositiva* tinha como propósito atender ao programa oficial para os três primeiros anos do ginásio. A própria experiência pedagógica de Eduardo Carlos Pereira, como afirma o autor no Prólogo da 1ª edição de sua gramática, motivou a produção da referida obra: “A boa regência de nossa cadeira de português no

Ginásio Oficial da cidade de São Paulo nos levou ao presente trabalho” (PEREIRA, Prólogo da 1ª edição, 1907, p. I).

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) nasceu em Caldas, Minas Gerais, e por lá vivenciou a sua infância. Em São Paulo, cursou o Colégio Ipiranga, de Araraquara, seguindo os estudos superiores na Academia de Direito de São Paulo. Durante sua carreira no magistério, lecionou Latim e Português no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, na Escola Americana (Mackenzie) e no Ginásio Oficial de São Paulo, ambos localizados na capital paulista (MOLINA, 2004; FACCINA; CASAGRANDE, 2006). Eduardo, que também foi ministro evangélico, presbiteriano e um dos mais importantes líderes do movimento protestante brasileiro do final do século XIX, fez parte de uma geração de autores de livros escolares que também exerciam a docência.

No final do século XIX, momento em que começa a surgir a concepção de gramática do século XX, havia uma confluência de dois modelos em vigência, em que o modelo mais antigo, denominado racionalista – ou de gramática racionalista – passava a ser substituído, paulatinamente, por um modelo cientificista. A chegada dos estudos comparativistas ao Brasil, sobretudo com a chegada da Linguística Naturalista, a revolução científica da Química, da Biologia e da História Natural e da concepção de língua como um ser, foi penetrando a gramática brasileira de língua portuguesa a ponto de transformar não só a figura da gramática como a figura do próprio gramático.

Um traço característico da gramática brasileira no início do século XX é um texto descritivo-prescritivo destinado tanto a um leitor consulente quanto a um leitor pesquisador (CAVALIERE, 2012). Essa é uma perspectiva necessária para lermos adequadamente um texto produzido nesse momento. Para isso, precisamos de levar em consideração que o propósito da gramática era o de prescrever, mas também era descrever: com o propósito de atender ao leitor consulente, a gramática teria que ter necessariamente caráter prescritivo, uma vez que, no imaginário popular leigo, uma gramática se presta a estabelecer normas prescritivas; já assumindo o propósito de descrever, a gramática buscava atender aos anseios do leitor pesquisador.

O professor e gramático Eduardo Carlos Pereira, com a sua *Gramática expositiva* (1907), desponta como um importante nome do século XX que conseguiu congrega tanto o antigo modelo racionalista como o novo modelo cientificista, amplamente influenciado pelas contribuições advindas de Julio Ribeiro e sua *Grammatica portugueza* (1881). Logo nas primeiras páginas, Pereira (1907) expressa o fato de os dois modelos coexistirem nas gramáticas quando afirma buscar a resultante entre eles: “o da corrente moderna, que dá

emphase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento” (PEREIRA, Prólogo da 1ª edição, 1907, p. I).

Esse é o início da gramaticografia brasileira no século XX, em que ainda se buscava um rumo mais adequado, tendo em vista a força do novo modelo, baseado na pesquisa histórica e na investigação do fato linguístico com uma metodologia própria, e a presença do antigo modelo, que se pautava no estudo da língua como arquitetura da razão humana.

A natureza do *corpus* utilizado por Pereira (1907) é restrita à língua literária escrita, como era comum à época. Havia uma exigência de que os fatos linguísticos descritos tivessem amparo na literatura de língua vernácula, mais especificamente retirados de obras literárias do século XVI (Gil Vicente e Camões, por exemplo) até o século XIX (Alexandre Herculano, Antônio Feliciano de Castilho são outros exemplos). Como já era de se esperar, poucos autores brasileiros figuravam na gramática de Pereira (1907), sendo os poucos nomes Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Francisco Lisboa.

No entanto, o próprio autor sinaliza, no Prólogo de sua gramática, uma preocupação com a seleção de um *corpus* mais atualizado: “Dada a evolução da língua, não se pôde provar, em boa lógica, a vernaculidade actual de uma expressão qualquer com a autoridade de um clássico antigo” (PEREIRA, 1907, p. VIII). Ademais, por considerar a língua literária como a expressão mais correta dos fatos linguísticos, toma-se por autorizada a construção que tenha conquistado presença nas páginas das obras clássicas.

### 3.2. Organização da gramática

A *Grammatica expositiva* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, é dividida em duas partes – *Lexeologia* e *Syntaxe*. A explicação para essa divisão advém da ideia do autor de que as palavras são o objeto da gramática, as quais podem ser estudadas isoladas ou combinadas. Desse modo, para ele, a *Lexeologia* é “o estudo das palavras isoladas, consideradas em si mesmas” (PEREIRA, 1907, p. 4), enquanto a *Syntaxe* é “o estudo das palavras combinadas para a expressão de nosso pensamento” (PEREIRA, 1907, p. 4). Por essa divisão de gramática e definição de cada parte que a compõe, há uma clara retomada do que acreditava Julio Ribeiro ser importante tratar em um compêndio gramatical.

Ademais, por considerarmos a gramática de Pereira (1907) como a que inicia o século XX, é compreensível que ela tenha como norte as gramáticas do século anterior.

Por considerar a *palavra* como o objeto de estudo de uma gramática, o autor a define como “a combinação de sons oraes indicando uma cousa ‘qualquer [*sic*], ou exprimindo uma ideia” (PEREIRA, 1907, p. 1), e faz a distinção entre *forma material* e *ideia*, indicando que a *forma* é a combinação de sons, ou das letras que os representam, enquanto a *ideia* é a significação ou o sentido da palavra. Com isso, podemos observar que o autor concebe a *palavra* pelos critérios morfológico e semântico, se pensarmos na tríade tradicional de critérios classificatórios, deixando o sintático para trás.

Pereira (1907) segue sua explanação sobre *palavra* ao dizer que a chamamos de *vocábulo* ou *dicção* quando nos referimos à sua forma e *termo* quando nos referimos à sua ideia. Mais adiante, compreende como *vocabulário* ou *léxico* de uma língua a lista de seus vocábulos ou dicções, sendo esta lista denominada *dicionário* ou *lexicon*, “quando cada palavra ou dicção, disposta em ordem alfabética, vem acompanhada da explicação de seu sentido” (PEREIRA, 1907, p. 2). A partir dessa divisão, observamos a ideia antiga de léxico exclusivamente como uma lista de palavras de uma língua, que hoje já compreendemos de outra maneira.

A primeira parte da gramática, denominada *Lexeologia*, é subdividida em *Phonologia* e *Morphologia*, sendo a primeira compreendida como o “estudo dos elementos materiaes da palavra, isto é, dos sons elementares” (PEREIRA, 1907, p. 4). A *Phonologia*, por sua vez, é subdividida por Pereira (1907) em *Phonetica*, *Prosodia* e *Orthografia*. Já a *Morphologia*, segundo o autor, “é a parte da Lexeologia que estuda a palavra em seu elemento immaterial, isto é, em sua idéa ou significação” (PEREIRA, 1907, p. 47), e é subdividida em *Taxeonomia* e *Etymologia*.

Com a divisão de sua gramática dessa maneira, admitindo a *palavra* como objeto principal de estudo e dissecando-a de maneira isolada e combinada, o autor reproduz o ideário da época de divisão gramatical simples em *Lexeologia* e *Syntaxe*, também reproduzida por Ribeiro (1881), que marcou o início do que foi considerada a gramática científica. Ademais, tal divisão aponta mais do que uma adequação ao clima de opinião da época, mas também um cuidado ao simplificar o estudo da língua, visto que muitas das gramáticas tidas como referência eram também utilizadas em escolas, cujos usuários não podiam contar com um texto complexo e denso.

Um quadro-síntese das partes da *Lexeologia* é apresentado pelo autor e reproduzido a seguir:

**Figura 1.** Quadro-síntese da *Lexeologia* em Pereira (1907)

Lexeologia	Phonolôgia	Phonetica	Phonemas	{	Vozes		
					Consonancias		
		Prosodia	Syllaba	{	Quantidade		
				Tonicidade			
				Metaplasmos			
		Orthographia	Systemas, notações, regras				
	Morphologia	Taxeonomia	Categories	grammaticaes	{	flexivas	
						inflexivas	
			Outras classes	{	Função		
					Fórma		
				Sentido			
Etymologia	Derivação	{	propria	Suffixos	{	nominaes	
			impropria			verbaes	
	Composição	{	Prefixação	Hybridos	{	Compostos gregos	
			Agglutinação				
			Juxtaposição				

Fonte: Pereira (1907, p. 364).

O quadro indicado na Figura 1 mostra a divisão da gramática para a parte da *Lexeologia*, foco do nosso olhar analítico, visto que os fenômenos lexicais advêm dessa parte da gramática de Pereira (1907). Ele aponta, primeiramente, para a compreensão do que era considerado estudo do léxico de uma língua naquele momento da gramaticografia brasileira. Assim, podemos inferir que, em termos de nomenclatura, o autor não destoa tanto do que concebemos hodiernamente. No entanto, podemos observar que a ortografia, por exemplo, está situada dentro do que Pereira (1907) compreende como “o estudo dos sons elementares” (PEREIRA, 1907, p. 4), dentro da *Phonologia*, fato singular para a época, mas no qual não vamos nos debruçar neste estudo.

### 3.3. Fenômenos lexicais na *Grammatica expositiva*

Nos próximos subtópicos, entenderemos como o estudo do léxico foi empreendido na gramática de Pereira (1907), verificando e analisando como os fenômenos lexicais quanto ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras foram descritos. Quando pensamos sobre o estudo do léxico em uma gramática que compreende ser a *palavra* o seu objeto de estudo, como é o caso da *Grammatica expositiva*, deduzimos que tal objeto vai ser bem trabalhado ao longo do compêndio. No entanto, é preciso explicarmos que nem tudo vai ser trazido à lume nas discussões analíticas sobre tal

gramática, uma vez que o que nos interessa unicamente é a compreensão de como o estudo específico dos conceitos relativos ao léxico foi contemplado nela.

### 3.3.1. Quanto ao som das palavras

Dentro do que o autor admite como *Phonologia*, a prosódia, nosso primeiro fenômeno lexical analisado, é definida como a “parte da Phonologia que tracta da correcta pronuncia dos fonemas combinados para a formação dos vocábulos” (PEREIRA, 1907, p. 21). Para o autor, existem três condições para a correta pronúncia de um vocábulo:

1.º O conhecimento exacto dos valores phoneticos das vogais e consoantes que entram na formação do vocabulo; 2.º A enunciação ou prolação discriminada dos fonemas ou grupo de fonemas, chamado syllabas, de que se compõe o vocabulo; 3.º O conhecimento da syllaba predominante, chamada tonica (PEREIRA, 1907, p. 21-22).

A partir dessa lista de condições para que o falante de língua portuguesa no Brasil saiba pronunciar “corretamente” os vocábulos que a compõem, vemos a preocupação do autor em fazer parte de uma comunidade de professores e autores de gramáticas que visavam ao “escrever e falar bem” como objetivo principal para o ensino de língua, além da intenção de melhorar a conduta desse falante brasileiro em detrimento ao falante do português europeu. Não à toa, eram muito comuns à época comparações de palavras pronunciadas “incorretamente” frente ao português de Portugal, denominando-as “brasileirismos”.

Pereira (1907), ainda, tece definições e exemplos acerca da *syllaba*, conceituando-a como “um phonema ou grupo de fonemas pronunciados em uma só emissão de voz na enunciação de vocabulo” (PEREIRA, 1907, p. 22). Após a conceituação, há uma nota do autor que diz:

A quantidade das syllabas não tem em nossa lingua, bem como nas outras linguas derivadas do latim, chamadas novo-latinas, a importancia que teve no periodo classico do latim e do grego. Nesse periodo o acento tonico era subordinado à quantidade, a qual era, na expressão de Guardia, a alma do acento latino. Nas linguas novo-latinas dá-se phonomeno inverso: a quantidade subordina-se à tonicidade, a tonica é o centro de gravidade do vocabulo.

Todavia não desapareceu inteiramente a quantidade proso-dier em portuguer, e o importante conhecer-so o valor quantitativo das syllabas para tuna boa pronuncin dos vocabulos. Una das principaes diferenças entre i prosodia lusitana e a brasileira está na quantidade syllabica.

No portuguez europeu é bem sensivel a quantidade das syllabas breves, que são brevissima em relação ao portuguez no Brazil, exs.: p'ssoa, pltão, pu'rer, d''gado, s'brulo, pra. p'rigo. (PEREIRA, 1907, p. 22)

Notas como essa são bem comuns ao longo da *Grammatica* de Pereira (1907) e corroboram para o fato de que ela estava inserida num momento da gramatização brasileira em que comentários sobre a evolução das línguas eram comuns, herdados da gramática histórica. Além disso, a razão de o autor comparar a língua portuguesa com o latim e o grego reside no fato de que tais línguas clássicas ainda eram ensinadas nas escolas da época.

Em relação ao número de sílabas, o gramático vai considerar a mesma divisão que hodiernamente conhecemos (monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos), sem nenhuma informação extra. Já na subseção “quantidade”, Pereira (1907) apresenta: “chama-se quantidade de syllabas o maior ou menor espaço de tempo gasto na prolação de umas syllabas em relação a outras do vocabulo. Esta proporção é expressa por um tempo na prolação da syllaba breve, e por dois tempos na prolação da syllaba longa” (PEREIRA, 1907, p. 23). A partir dessa definição, o autor compreende que as sílabas podem ser iniciais, medial ou finais, “conforme occupa o principio, o meio ou o fim do vocabulo” (PEREIRA, 1907, p. 23). Sobre tal divisão, acreditamos que essa discussão empreendida por Pereira (1907) antecede a discussão sobre a tonicidade, preparando o leitor para a compreensão dessa característica dos vocábulos.

Sobre o que o autor chama de *quantidade prosodica*, comenta que “a syllaba so diz longo ou breve, conforme a sua vogal ou voz é longa ou breve. Como não ha syllaba sem vogal, a quantidade da syllaba é a quantidade de sua vogal” (PEREIRA, 1907, p. 23). Ele complementa:

São por natureza longas: 1.º As syllabas diphthongaes e triphthongaes, por exigirem as duas ou tres vozes dobrado tempo para sua prolação: esperoidal, fluidez, quaesquer. 2.º As syllabas contractas, por encerrarem latentemente duas vozes - ás, áquelle. 3.º As syllabas nasaes, por exigirem as vogaes nasaes maior esforço na prolação que as puras - tentação, lançar. 4.º A syllaba seguida de duas consoantes, quando uma dellas lhe pertença, por exigir a consoante prolongação do som vogal - alteza, tortura: textual. 5.º As syllabas tonicadas, por exigir a intensidade predominante da vogal dobrado tempo na prolação - verdade, tortura, petala, avó (PEREIRA, 1907, p. 23-24).

Acreditamos que essa riqueza de denominações para a explanação sobre a quantidade de sílabas é um traço da época de ensino de língua pautado na forma, além de uma influência do ensino da língua latina, afinal Eduardo Carlos Pereira, além da língua portuguesa, também lecionava latim nas escolas. Por apresentar a noção de vogais longas

e curtas, acreditamos que essa ideia posta por Pereira (1907) advenha da influência das descrições do latim.

Enfim, sobre a tonicidade, o autor a conceitua como “o tom forte da voz na pronúncia de uma syllaba do vocabulo. Esta syllaba em que a voz se eleva, e adquire maior força ou intensidade do que a necessaria para a sua simples prolação, denomina-se syllaba tonica, exs.: justiça, numero, numero” (PEREIRA, 1907, p. 24, grifos do autor). A partir disso, Pereira (1907) elabora sua teorização sobre o acento tônico ou prosódico afirmando constituir-se de uma entonação mais forte ou acentuação mais intensa da voz, tornando saliente a sílaba sobre que recai, classificando as sílabas como tônicas e átonas, assim como sobre palavras oxítonas ou agudas, paroxítonas ou graves e proparoxítonas, esdrúxulas ou dactílicos. Tal exposição de fatos sobre a língua é bem próxima do que hoje concebemos nas gramáticas tradicionais de referência.

Após tal explanação, o autor apresenta uma observação feita por Grivet, outro grande gramático, como forma de complementar e legitimar sua explanação. Isso também é algo muito comum em toda a sua gramática, e também considerarmos como um traço da gramática histórica, que se remete a estudos anteriores da linguagem. Ademais, na mesma nota em que menciona Grivet, Pereira (1907) elabora que

O tracto de pessoas cultas e o uso de um bom dictionario prosodico são os meios de evitar constantes *syllabadas* na pronúncia das palavras da nossa lingua. [...] São relativamente poucos os vocabulos proparoxytonos ou esdrúxulos e estes mesmos de uso erudito, pois o povo repelle o exdruxulo (PEREIRA, 1907, p. 25).

A esse comentário, atribuímos um certo teor de superioridade em relação aos usuários da língua que falam “incorretamente”, bem como o fato de que o “incorreto” é repellido pelas pessoas ditas cultas. O preconceito à época empenhado aos “brasileirismos” era bem incidente e se verifica em grande parte da *Grammatica expositiva*. Não obstante, comentários dessa natureza podem ser considerados indícios do que hoje denominamos como preconceito linguístico.

### 3.3.2. Quanto à formação das palavras

Na parte em que Pereira (1907) se propõe a falar sobre a *Etymologia*, há o detalhamento do estudo sobre a derivação e composição. A derivação, segundo o autor, “é o processo pelo qual de umas palavras se formam outras chamadas **derivadas**. Em relação a estas chamam-se aquellas **primitivas**” (PEREIRA, 1907, p. 157, grifos do

autor). Para Pereira (1907), há dois tipos de derivação: a derivação própria e a derivação imprópria.

O autor julga que a derivação própria é desenvolvida por meio de sufixos que, aglutinados ao tema das palavras primitivas, modificam a significação, determinando-a. Para Pereira (1907), os sufixos têm significação própria, pois trazem sentido novo à palavra primitiva. Porém, esse valor significativo, essa vida própria só se revela em conjugação com o *tema*; separado do *tema*, o sufixo não tem vida própria. Após essa explanação, o autor faz uma nota que determina: “a terminação da palavra primitiva não se chama sufixo, porém mera desinencia, como. p. ex., a ultima vogal de ferr + o, quere + -a” (PEREIRA, 1907, p. 157), adentrando no que hoje conhecemos como *desinência* e aludindo à vogal temática, mesmo sem assim denominá-la. Por fim, explica que os sufixos podem ser nominais ou verbais, formando substantivos, adjetivos e verbos, respectivamente.

Já sobre a derivação imprópria, o autor é bem breve ao afirmar ser a mudança que sofre uma palavra no sentido ou na categoria gramatical sem a intervenção de sufixos. Desse modo, são formados os substantivos, adjetivos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Para cada classe de palavras listada, Pereira (1907) dá exemplos ilustrativos que nem sempre facilitam o entendimento do leitor, como no caso de apresentação dos substantivos próprios e apelativos (PEREIRA, 1907, p. 168), em que, apenas pela listagem de palavras, o leitor precisa deduzir os conceitos das subclasses de substantivos.

Para além do processo de derivação, Pereira (1907) classifica a composição como outro processo de formação de palavras, conceituando-a como “o processo pelo qual se fórmam palavras novas com a união de dous ou mais elementos, como, p. ex.: re+fazer, couve+flor, agu+ardente = refazer, couve-flor, aguardente” (PEREIRA, 1907, p. 169). Após essa explicação breve e clara do fenômeno, o autor traz a ideia de determinante e determinado, não popularmente conhecida à época:

Em todo o composto existe um elemento principal, que contém a idéa generica: é o determinado: e um elemento accessorio, que contém a idéa especifica : é o determinante. Em refazer, o elemento principal ou determinado é fazer, e o elemento accessorio ou determinante é a particula re: a idéa generica de fazer é restringida ou especificada pela particula ro. Em couve-flor e aguardente, couve e agua con-teem a idéa principal ou generica: são os determinados: no passo que flor e ardente trazem a idéa accessoria ou especifica: são os determinantes (PEREIRA, 1907, p. 169).

Trazer termos como *determinado* e *determinante*, antes mesmo da publicação do *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Saussure (1916), é um ponto importante e inovador

da gramática de Pereira (1907). Não se costumava pensar, ou mesmo trazer em compêndios gramaticais, tais considerações, que só foram amplamente divulgadas e comentadas sob a luz do Estruturalismo que surgiria no Brasil apenas mais tarde. A presença de tais conceitos só corrobora com a crítica comum de que Saussure não inovou com algumas de suas ideias, mas que elas já circulavam antes de suas teses estruturalistas (as do CLG).

Por fim, para encerrar a discussão sobre o processo de composição, o autor afirma que o processo formativo do nosso léxico é tríplice, podendo as palavras serem compostas por prefixação, justaposição e aglutinação, sem tecer comentários diferentes do que hoje compreendemos cada processo mencionado.

### 3.3.3. Quanto ao sentido das palavras

Ao final da parte dedicada à *Morphologia*, Pereira (1907, p. 149) propõe “outras classes de palavras”, alegando que, “classificadas e estudadas as palavras isoladamente em seu elemento ideológico, podemos ainda classificá-las [*sic*] do ponto de vista comparativo de certas analogias de **função**, **fórmula** e **significação**, bem como de **oposição** de sentido” (PEREIRA, 1907, p. 149, grifos do autor). Certamente, essa outra proposta de classificação das palavras é um dos pontos de originalidade da descrição linguística empreendida por Pereira (1907) e que não era muito comum à época.

Quanto ao que o autor denomina de “analogia de fórmula”, ele apresenta três grupos: “homonymas, paronymas e cognatas” (PEREIRA, 1907, p. 149). Para representar ao leitor os exemplos de cada tipo de “analogia”, o autor expõe em lista diversas palavras, conforme o fenômeno é apresentado.

As palavras *homônimas*, para Pereira (1907), são palavras análogas na forma e diversas na significação, podendo a homonímia se dar em relação aos fonemas e às letras, denominando-se *homófonas* e *homógrafas*, respectivamente. As *homófonas*, para o autor, são palavras diferentes na significação e idênticas no som, quer escritas com as mesmas letras, quer não; já as *homógrafas*, segundo Pereira (1907), são palavras diferentes na significação e idênticas na forma escrita, embora possa haver diferença na qualidade e tonicidade das vogais. Tais definições se assemelham bastante com as propostas por Polguère (2018).

As *parônimas* são conceituadas como palavras diversas na significação e parecidas na forma, enquanto as *cognatas* são as palavras que pertencem à mesma família ou grupo morfológico, ou seja, derivadas de um mesmo tronco, tendo uma raiz ou radical

comum, como ferro, ferreiro, ferragem, entre outros. A menção às palavras cognatas se deve à influência da Linguística Histórica de que Pereira (1907) se valeu em sua descrição de língua. Isso porque o trabalho com cognatos era comum nesse ramo da Linguística devido à busca de parentescos entre as línguas a partir da análise fonológica e, principalmente, morfológica.

Por fim, dentro do que Pereira (1907) defende como *analogia e oposição de sentido*, há as definições de palavras *sinônimas* e *antônimas*. Segundo o autor, certas palavras apresentam entre si significação análoga, e outras sentido oposto. As *palavras sinônimas* são diversas na forma e idênticas ou semelhantes na significação, e é justamente dessa identidade ou semelhança de sentido que Pereira (1907) ainda subdivide em *sinônimos perfeitos*, como lábio e beijo, cara e rosto, por exemplo, e *sinônimos imperfeitos*, como olhar e ver, bom e misericordioso, por exemplo. Sobre a ideia de sinônimos perfeitos ou exatos, estamos de acordo com a quase totalidade dos semanticistas atuais de que essa relação entre palavras não existe (CANÇADO, 2012; NEVES, 2020), uma ideia que, à época, ainda não era consensual.

Após a exposição de tais fenômenos, o autor põe uma observação em que se destaca:

Obs. - Quanto à significação, as palavras podem ainda ser tomadas no sentido próprio, como, p. ex.: pé, cabeça, braço, falando-se das partes do corpo humano; ou no sentido translato ou figurado, como, p. ex.: pé de vento, cabeça da revolta, braço da revolução. Todas as vezes que uma palavra é desviada de seu sentido natural, primitivo, próprio, e é aplicada, por analogia, a designar um objeto diferente do primitivo, adquire um sentido chamado figurado ou translato.

Quanto a fôrma, devemos ainda mencionar o **syncretismo** vocabular.

Antes que fossem publicadas no século XVI as primeiras grammaticas de nossa língua, a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1510), era grande a oscillação das fôrmas vocabulares: assim se vê no mesmo texto - o e lo, sua e sa, suo e seu, casales e casaes, sou, som e so.

Chamam-se essas formas duplas, triplas o, até, quadruplas do mesmo vocabulo-lôrmas synereticas. Syncretismo (gr. syn + Creta + ismo) era termo com que os autores gregos indicavam as variadas populações da ilha de Creta.

Com a publicação dessas primeiras grammaticas começou, para a língua, o periodo da disciplina grammatical, e as fôrmas syncreticas foram diminuindo. Em Camões ainda se encontram concorrentemente agradecer e agardecer, antão e então, piadoso o piedoso, antre e entre, fruito e fructo, contrairo e contrario (PEREIRA, 1907, p. 152).

Nesse trecho, podemos observar a busca por um falar mais correto e unívoco e a ideia de sincretismo que rotula o presente momento em que o autor se vê perante sua

língua. É importante notar, não só nesse trecho, mas ao longo da gramática, o quanto essa é uma preocupação latente de Pereira (1907). Quanto a uma possível inspiração que o autor teve para tal classificação em analogias e oposição de sentidos, Fávero e Molina (2009) apontam para Bréal (1992, p. 92) quando este afirma que “é preciso olhar a analogia como uma condição primordial de toda a linguagem. Se ela foi uma fonte de clareza e de fecundidade, ou se foi uma causa de uniformidade estéril, é o que somente a história individual de cada língua pode nos ensinar”, uma clara filiação à corrente histórico-comparativa, predominante à época de publicação da gramática de Pereira (1907).

### 3.3.4. Quanto à organização das palavras

Na parte da gramática de Pereira (1907) denominada *Taxeonomia*, a qual acredita estudar as diversas classes de palavras e as suas propriedades em relação à ideia que exprimem, as palavras são divididas em oito classes: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Em nota, o autor infere que “contam muitos grammaticos dez partes da oração, incluindo entre ellas - o artigo e o participio. Porém estas partes estão naturalmente incluídas na classe do adjetivo” (PEREIRA, 1907, p. 48). Tal classificação está em conformidade com o que se acreditava constituir uma classe de palavras à época, e até mesmo antes do século XX, nas gramáticas científicas do fim do século XIX (CAVALIERE, 2022).

Ademais, o autor também faz a divisão de tais classes em *variáveis ou flexivas* (substantivo, adjetivo, pronome e verbo) e *invariáveis ou inflexivas* (advérbio, preposição, conjunção e interjeição). As definições para cada uma delas corroboram com as que concebemos na atualidade, o que prova a força que a gramática tradicional tem ao longo dos séculos, herdada da tradição greco-latina. Além disso, esta é uma divisão pautada a partir do critério morfológico, que vai ser uma prática comum nas gramáticas que sucedem a de Pereira (1907), condensando, inclusive, as classes de palavras na parte da Morfologia.

Um fato notável da gramática de Pereira (1907) é considerar *interjeição* como uma classe de palavras, se opondo a muitos gramáticos que o antecederam. Para o autor, a interjeição “é a palavra invariável que exprime os affectos vivos e subitos da alma, como a dor, a alegria, o espanto, etc.” (PEREIRA, 1907, p. 148). Outro ponto que merece ser destacado é uma das poucas distinções entre a gramática de Júlio Ribeiro (1881) e a de Pereira (1907): enquanto na deste último os *artigos* não são considerados como uma

classe à parte, mas incluída na dos adjetivos, Júlio Ribeiro os considera independentes e os classifica como palavras que se antepõem ao substantivo a fim de particularizarem-lhe a significação, uma conceituação bem próxima da que hodiernamente concebemos.

Ademais, como já fora exposto no subtópico anterior, o autor ainda apresenta uma outra proposta de classificação das palavras quanto à analogia de função, distribuindo as classes já explicitadas por ele em *palavras denominativas*, que têm por função nomear os seres (substantivos e pronomes), *palavras modificativas*, que modificam outras palavras (adjetivos, verbos e advérbios), e *palavras conectivas*, que têm por função ligar ou relacionar outras palavras entre si (preposição, conjunção e verbos de ligação). Essa proposta de classificação, considerada bastante ousada para a época, apenas aparece ao fim da seção de *Morphologia*, e não se detém na explicitação de cada uma das classes. Da maneira como está posta na gramática, essa é, de fato, apenas mais uma maneira de agrupar classes já existentes e definidas. No entanto, essa classificação adota o critério semântico, que mais tarde será predominante na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mesmo que ainda sob o rótulo da morfologia.

### **Considerações finais**

A *Grammatica expositiva* de Pereira (1907) foi publicada em um momento da nossa gramaticografia em que a corrente da gramática científica estava dando os seus primeiros passos e tinha como “norte” a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881), o que explica tantas semelhanças entre os dois compêndios. Além disso, Eduardo Carlos Pereira era um grande crítico do momento que o ensino de nossa língua estava vivendo, atribuindo os fracassos à adoção exclusiva de uma ou de outra corrente teórica ou didática para esse ensino. Talvez por isso, há, em alguns momentos de sua gramática, alguns poucos avanços para o que era frequente encontrar em compêndios à época.

Sobre a adoção de uma corrente aos seus estudos, o gramático assegurava que o melhor seria se os professores ministrassem ao aluno o conhecimento histórico da língua, e essa marca foi deixada em sua gramática, como podemos ver em alguns exemplos de notas que trazem o fator histórico para a descrição da língua portuguesa. Contudo, o fato de essas informações serem apresentadas em notas, e não no corpo do texto, denota ainda uma hesitação com o que o próprio gramático pretendia ao contemplar com essa ideia.

Retomando o Prólogo da 1ª edição, o autor finaliza-o esclarecendo que havia enriquecido o seu trabalho para atender à sugestão do programa oficial de português “com dezenas de provérbios, máximas e ditos sentenciosos tanto para aclarar e fixar regras,

quanto para aguçar o intelecto e formar o caráter” (PEREIRA, 1907, p. II). Com isso, supomos que ele não tinha a intenção de formar um leitor e escritor proficiente em sua língua, mas atingir os que pretendiam acessar a língua dita culta, afastando qualquer desvio de língua ou “brasileirismos”, fato que também pudemos constatar em muitas partes de sua gramática.

Outro fato bastante observado foi a perpetuação dos moldes de gramáticos anteriores a Pereira (1907) no fazer gramatical. Como já indicado, era comum à época uma mesma gramática servir ao leitor consulente e ao leitor pesquisador, fato explicado pelo incipiente mercado editorial do período. Por isso, o gramático pensava em atender ao grande público e vender suas obras em larga escala, como foi o caso de Pereira e as suas 114 edições da *Grammatica Expositiva*. Sendo assim, analisando globalmente, justifica-se o fato de haver pouca inovação em suas descrições linguísticas, se compararmos com os gramáticos que o antecederam.

Conseguimos compreender o quanto a atmosfera intelectual do período influencia o gramático ao traçar a sua linha de descrição linguística. Ademais, o fazer gramatical é uma atividade totalmente inserida na sociedade em que a gramática é publicada, isto é, voltado para o público que irá consumi-la. Mesmo filiadas ao paradigma tradicional de gramatização (VIEIRA, 2018) e seguindo o modelo greco-latino, o clima de opinião dita algumas particularidades das gramáticas, funcionando a percepção do autor como uma trena que mede o que fica e o que sai da tradição milenar de gramatização.

Na gramática aqui analisada como modelo para as demais, o conteúdo e a maneira com que Pereira (1907) conduziu a descrição da língua portuguesa têm traços do momento histórico que o autor e a população brasileira estavam vivenciando. Conseguimos enxergar uma preocupação com o “escrever e falar bem” como forma de sobressair ao português falado na Europa, afinal a gramática de Pereira surgiu no período pós-República, e muitas transformações estavam acontecendo no país. A sociedade estava norteada por ideais positivistas e acreditava no progresso que o modelo Republicano podia oferecer, bem como no poder da Educação em transformar uma sociedade praticamente iletrada.

Por fim, apresentamos os principais pontos observados mediante a busca por fenômenos lexicais presentes na gramática de Pereira (1907), interpretando os dados e expondo-os ao leitor. Podemos inferir, de tal maneira, que a gramática de Pereira (1907) tinha objetivo pedagógico, advindo das necessidades expressas à época, como seguir programas oficiais como o do Colégio Pedro II, onde o próprio autor lecionava. Portanto,

sem muita inovação pelos motivos já listados, a *Grammatica Expositiva* é considerada mais próxima do modelo tradicional, advindo das gramáticas greco-latinas, do que as demais de sua época, mesmo o autor inferindo o modelo histórico-comparativo, também importante à época, em muitas de suas páginas.

### Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

AQUINO, J. E. de. Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil. 2016. 1 recurso online (354 p.) *Tese* (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1630588>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BUNZEN, C.; MEDEIROS, R. R. A. O ensino de gramática na primeira república (1889-1930): uma análise da Gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira. *Linha D'água*. V. 29, N. 1, p. 119-141, jun. 2016.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALIERE, R. *História da gramática no Brasil: séculos XVI e XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CAVALIERE, R. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite. Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*. Nº 6, 2012, p. 217-236.

FACCINA, R. L.; CASAGRANDE, N. S. A gramática expositiva da língua portuguesa: uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MOLINA, M. A. G. *Um estudo descritivo-analítico da “Gramática expositiva (curso superior)”*, de Eduardo Carlos Pereira. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2004.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NEVES, H. *Argumentatividade das palavras: construção de aparato textual-iterativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2020.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. n. 4/5, 2000, p. 19-34.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Weiszlog Irmãos & Co., 1907.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

RAZZINI, M. P. G. História da disciplina Português na escola secundária brasileira. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. V. 4, 2010, p. 43-58, jan./jun.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1881.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. *Todas as letras*, v. 14, n. 1, 2012, p. 38-53.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.